

fetec/PR

EUT Brasil

CNB Brasil

ANO VI - Nº 61 - Abril/2002

# Pactuingá

Jornal dos bancários das regiões de Paranavaí, Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Cianorte, Toledo, Umuarama, Guarapuava, Goioerê e Maringá

## Por que tem dengue?

Páginas 4 e 5



## CAMPANHAS

HSBC e BB em campanhas emergenciais

Páginas 2 e 3



**MST**  
Produzindo alimentos, empregos e impostos na região Noroeste do Paraná

Página 7



O impacto ambiental nas Pontes do Camargo

Página 8

O golpe da verticalização nas eleições e a irresponsabilidade de Lerner com a Copel

Página 6

## Ufa! Fenaban assinou a Convenção

A Convenção Coletiva Nacional dos Bancários 2001/2002, só foi assinada no último dia 02 de abril. Três questões impediam a assinatura da Convenção. A primeira era a intenção da Fenaban de ingressar com dissídio contra o Sindicato dos Bancários da Bahia, que não havia aprovado a proposta da Fenaban, aceita pelos demais Sindicatos do país. Numa rediscussão sobre a proposta, o assunto foi resolvido. A segunda, era o entendimento da Fenaban sobre o teto de salários para pagamento da PLR, que diferenciava do entendimento da CNB/CUT. Prevaleceu o entendimento da CNB/CUT. A terceira questão, que só foi resolvida recentemente, era a interpretação que a Fenaban dava ao salário para efeito do desconto do vale-transporte. Essa entendia que salário englobava todas as verbas, inclusive comissões, horas extras e anuênios. Já a CNB/CUT entendia que o desconto dos 4% só poderia incidir sobre a verba salário padrão, sem considerar os demais valores que constam em folha. A diferença entre um entendimento e outro, levaria a um valor considerável. Também prevaleceu o entendimento da CNB/CUT. Na região do Pactuingá poucos bancários utilizam o vale-transporte, mas nos grandes centros, onde a maioria mora distante do trabalho, esse benefício, que é facultativo, é muito utilizado.

## “Mercantil continua.”

Pelo menos foi o que afirmou o diretor do RH do Bradesco, Luiz Bueno, em conversa com diretores dos Sindicatos dos Bancários do Rio de Janeiro e São Paulo, ambos da CUT. Bueno afirmou que está em estudo a permanência das unidades do Mercantil por longo prazo. Descartou a possibilidade de demissões em virtude da aquisição. Afirmou ainda que os funcionários serão mantidos e que a intenção é expandir o grupo. A marca Finasa será mantida como financeira, em virtude de sua força no mercado. Afirmou também que, no momento, estão integrando os bancários do Mercantil à filosofia do Bradesco, com reuniões e treinamentos. Segundo ele, a interligação do sistema só ocorrerá após a integração entre os empregados. Os sindicalistas aproveitaram a oportunidade para reivindicar a manutenção dos benefícios sociais do Mercantil, como a Bolsa-educação, a inclusão de pais como agregados no Plano de Saúde e isenção de tarifas para os funcionários. Bueno afirmou que a intenção é igualar os benefícios a partir do que é concedido pelo Bradesco. Essa afirmação é ruim. O Bradesco não aceita, por exemplo, a inclusão do cônjuge homem no plano de saúde das funcionárias. De qualquer forma, o assunto será discutido em futuras reuniões.

## Tensão no Sudameris

No dia 30 de abril o Sudameris deve ser vendido para o Itaú. Caso o Itaú de fato adquira o Sudameris o dado ao Banerj e Banestado poderemos ter muitas demissões. A princípio, o Itaú iria comprar toda a rede, com exceção das unidades do Peru e da Argentina. Depois reformulou a proposta e também não quer as unidades da França, Miami, Monte Carlo, Cayman, Chile, Colômbia, Panamá, Paraguai e Uruguai. Segundo Roberto Setúbal, “o Itaú subestima a burocracia francesa”, como as exigências dos Sindicatos. Na verdade as leis da França são mais rigorosas na proteção ao emprego. Não permitem que acordos de compra, venda ou fusões de empresas sejam realizados sem a garantia dos empregados dos trabalhadores.

Por esse motivo deverá ser negociado só o Sudameris do Brasil. Os Sindicatos da CNB/CUT se mobilizam para evitar demissões no Sudameris, inclusive com o apoio dos Sindicatos da França e dos vizinhos da América Latina. Isso para que caso ainda venha ser efetuada também a compra das unidades nesses outros países, já esteja organizado um plano de resistência conjunta.

### Pactuingá

#### Expediente

Publicação dos Sindicatos dos Bancários do Pactuingá

#### CONSELHO EDITORIAL

##### Paranavai:

Neil Emídio Júnior/Fone (44) 423-3402  
E-mail: seebpvai@uol.com.br

##### Campo Mourão:

Nivaldo Simoni/Fone (44) 523-3492  
E-mail: seebcmcut@uol.com.br

##### Toledo:

Zelário Brenn/Fone (45) 252-1851  
E-mail: sbtr@uol.com.br

##### Umuarama/Assis

Chateaubriand:  
Wilson de Souza/Fone (44) 622-1979  
E-mail: seebumu@uol.com.br

##### Guarapuava:

Elói Myska/Fone (42) 623-1371  
E-mail: seebgpva@gol.psi.br

Tiragem: 2.800 exemplares

## BB: Encontro discute Campanha Emergencial

Foi realizado em São Paulo, no dia 06 de abril, com participação de 96 delegados, representando 18 estados, o Encontro Nacional do Funcionário do Banco Brasil. As discussões do encontro pautaram-se pelos assuntos mais emergentes, como as investidas do governo nas instituições dos funcionários, Previ e Garéf, e a campanha salarial emergencial.

Em relação à Previ, foi deliberado realizar abaixo-assinado dos funcionários, defendendo o atual modelo de gestão. Baseados em pareceres jurídicos, os representantes dos funcionários na Previ entende que a Lei 108/2001, que dá nova regulamentação à previdência complementar, é posterior às alterações do Estatuto da Previ, e não pode mudar os contratos anteriores, negociados com a Secretaria de Previdência Complementar, Banco do Brasil, Previ e Associados. Os abaixo-assinados serão encaminhados à direção do BB, à diretoria da Previ e ao Ministério da Previdência.

Sobre o Garéf (Gabinete de Representação dos Funcionários no Conselho de Administração do BB), o Conselheiro Paulo Assunção, representante dos funcionários no Gabinete, avaliou a importância da permanência dessa representação para os

funcionários. Está trabalhando junto ao chefe da Casa Civil, tentando uma reunião para discutir o assunto. Caso venha ocorrer a extinção, em 24 de abril, o Garéf deverá ser substituído pela Previ ou BNDES, que representarão os acionistas minoritários, e não terão o mesmo compromisso com o funcionalismo que tem o Garéf.

Pela nova proposta, para os funcionários terem um representante teriam que constituir um clube de acionistas com capital mínimo de R\$ 300 milhões, o que é impossível. As entidades Sindicais da CUT e parlamentares da oposição estão gerenciando os órgãos competentes com vistas a manter o Garéf.

**Campanha Emergencial:** foi entregue à direção do BB, e está sem resposta. O documento com as reivindicações da Campanha Emergencial (piso de R\$ 1.000,00)

Diferencial de Mercado para todos os comissionados e isonomia de tratamentos para os novos funcionários), além de cobrar a abertura de negociações.

O Encontro avaliou que o banco usa de uma política de recursos humanos que aniquila o funcionalismo no dia-a-dia, atingindo o na autoestima, com ações que beiram ao assédio moral, minando as forças dos trabalhadores.

Os delegados do Encontro apostam numa reação do funcionalismo, para por um fim às injustiças. Injustiças essas que são traduzidas no sistema de pagamento da PLR, na falta de reajustes salariais nos últimos anos e na supressão de direitos



Foto: Wilson de Souza



A direção do HSBC ge-  
ou um descontentamento mui-  
o grande entre os seus funcio-  
nários. No último dia 25 de fe-  
vereiro, divulgou comunicado  
afirmando que pagaria a segun-

da parcela da PLR no dia 02  
de março. Uma minoria rece-  
beu e, mesmo assim, com va-  
lores muito diferentes entre  
empregados com a mesma  
função. Resultado: revoltou

CUT. Para piorar, no último  
dia 26 de março, quando acon-  
tecia uma mega paralisação em  
Curitiba, o banco creditou a to-  
dos funcionários um valor de  
R\$ 100,00, justificando que

desde geren-  
tes até escritu-  
rários. Essa  
revolta tem se  
traduzido em  
manifestações  
e paralisações  
em todo Bra-  
sil, principal-  
mente onde as  
unidades estão  
em bases de  
Sindicatos da

era em comemoração aos 05  
anos de HSBC no Brasil. Os  
Sindicatos, bem como o funcio-  
nalismo, entenderam como  
um cala-boca. O movimento  
cresceu e culminou com a de-  
liberação por uma greve naci-  
onal dos funcionários, progra-  
mada para o dia 12 de abril.

A greve, como sempre,  
encontrou resistência do Ban-  
co que aplicou mais uma vez o  
famigerado interdito  
proibitório, um entulho  
antidemocrático previsto no  
Código Civil.. O tal Interdito  
proíbe os Sindicatos de perma-  
necerem na frente das agênci-  
as. Em alguns casos, proibem

até a simples panfletagem e a  
presença de faixas e carro de  
som.

Caso os Sindicatos  
descumpram o interdito, juízes  
têm fixados multas exorbitantes,  
que variam de R\$ 50 a 100 mil  
por dia. O banco alega que o  
lucro de R\$ 80 milhões líquido  
não obriga o pagamento da se-  
gunda parcela. Mas provisionou  
R\$ 416 milhões para devedo-  
res duvidosos (53% a mais que  
em 2000) e gastou R\$ 150 mi-  
lhões em reformas, o que prova  
um bom faturamento.

Os Sindicatos estudam  
ações para cobrar do HSBC as  
promessas não cumpridas.

## Para Armínio Fraga, lucro dos bancos ainda é pouco

Mirian Bicudo/CNB/CUT

O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, considerou normal o lucro dos grandes bancos de varejo no país e declarou ainda que "a meu ver, não são lucros extraordinários, quando se leva em conta o patrimônio dos bancos". Desconsiderando que os bancos não dão nenhuma contrapartida à sociedade, Armínio garantiu que estará vigilante quanto à atuação do setor bancário no país e afirmou que o sistema bancário tem que ser saudável, bem capitalizado e defendeu que tenham lucro em nome da estabilidade financeira. Segundo ele, o que o BC pode exigir dos bancos de varejo é que haja "concorrência, e concorrência leal".

O secretário-geral da CNB/CUT, Wagner Freitas, criticou as declarações do presidente do BC e cobrou a contrapartida dos bancos para a sociedade. Freitas considerou o lucro dos bancos surreal, numa economia onde 30 milhões de pessoas vivem na miséria. "Enquanto o setor produtivo está estagnado, o financeiro cresce, enche o bolso de seus administradores e não oferece nada em troca para a sociedade. Não há crédito para o desenvolvimento, para habitação, para os pequenos agricultores e empresários e para os estudantes", critica.

Freitas afirma que o descaso dos bancos começa pelos seus clientes que sofrem com má qualidade do atendimento e com os juros e tarifas altas. "Além disso, ainda contribuem para o desemprego, demitindo milhares de bancários todos os anos", finaliza.

Os deputados Aloysio Mercadante e Ricardo Berzoini (PT-SP) também criticaram a atuação dos bancos de varejo no país. Para Mercadante, "o sistema financeiro tem que servir à sociedade, e não se servir da sociedade". Já Berzoini reclamou do aumento da participação da margem líquida dos bancos na estrutura do 'spread', diferença entre o que as instituições financeiras pagam para captar recursos e quanto elas cobram para emprestar o dinheiro. Berzoini disse que a margem líquida de lucro em fevereiro de 1999 era de 29% e passou para 37% em agosto de 2001.

"Se o governo não tomar medidas, os balanços (dos bancos) publicados em 2003 vão ter recordes ainda maiores e a população vai continuar castigada pelo 'spread', disse Berzoini. "Creio que o governo não age com a firmeza necessária para termos 'spreads' compatíveis com outros países do Terceiro Mundo", completou.

## ALCA: a quem interessa?

A ALCA é mais um acordo comercial. Ela faz parte na verdade de uma necessidade da economia norte-americana. O Estados Unidos e o capitalismo internacional passam por uma crise de capital financeiro e de realização de bens. Para sair da crise precisam imprimir um novo padrão de acumulação de capital, baseado em novos centros hegemônicos. Para alcançar esse novo padrão, estão se utilizando da guerra e do combate ao terrorismo, como forma de deslocar recursos públicos para o complexo industrial-militar. E por outro lado, precisam ter controle total do hemisfério americano, para controlar o território brasileiro, controlar a potencialidade da biodiversidade, de um mercado de 800 milhões de pessoas e, com isso, as empresas norte-americanas terão um espaço reservado, livre da competição asiática e europeia.

O Fórum Nacional de Lutas está promovendo seminários regionais para debater a ALCA, em todo o Brasil. Neste ano, de 01 a 07 de setembro, o Fórum vai realizar um plebiscito nacional sobre a ALCA.



De 08 a 10/04/2002, foi realizada a Reunião do Coletivo Regional Sul de Formação, que teve a presença de Lindomar A. Soares, dirigente do Pactuingá.



*A falta de saneamento básico e de políticas públicas de saúde mais eficientes expõem milhões de brasileiros a precárias condições de vida e facilita a proliferação de doenças, como a dengue*

## DESCASO DE PONTA A PONTA

**A** omissão começa no governo federal, passa por governos estaduais e chega aos municípios.

A dengue hoje é uma epidemia nacional. Não tem como negar. Só no Rio de Janeiro (onde a situação é mais grave) são quase 100 mil casos da doença, com dezenas de mortes. No Paraná o aumento da dengue também é sério em vários municípios. Na base do Pactingá, Umuarama re-

gistrou 102 casos de dengue, um índice bastante alto se considerarmos os números de cidades bem maiores, como Curitiba, que teve aproximadamente 120 notificações, e Foz do Iguaçu com 295 casos registrados até agora.

Se em nível nacional epidemiologistas e a oposição culpam o ex-ministro José Serra pela omissão que levou à epidemia de dengue no país (ver matéria com quadro nesta pági-

na), em Umuarama é questionada a atuação do secretário municipal da saúde, Luiz Renato, que é quem, teoricamente, tinha a responsabilidade de prevenir e prevenir o problema.

É bom lembrar que ambos já deixaram suas funções para concorrer a cargos eletivos. Serra é candidato a Presidência da República e Luiz Renato pretende disputar vaga na Assembleia Legislativa. Não é muita coincidência?

### Omissão e desrespeito

*A saúde pública é a terceira maior preocupação dos brasileiros - perde para o desemprego e da violência. Em torno de 120 milhões de brasileiros, cerca de 80% da população, ainda penam com a falta de saúde pública de qualidade. Mais de mil municípios (próximo a 20%) dos 5.559 existentes no país sequer possuem médicos. Será que Serra sabia disso quando era ministro da Saúde?*

# A S

Não é por acaso para governistas milênio, a popula A malária, a fal muito

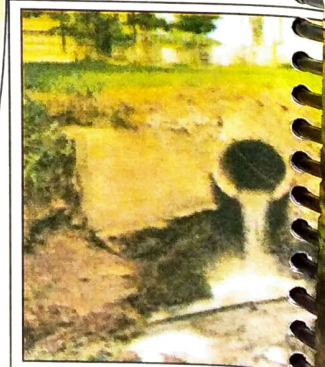
## A política

*Durante o governo em saneamento fo*

Os números comprovam ministro José Serra, candidato De 1997 até 2001, os recursos para prevenção e controle Em 97 o governo gastou R\$ 248 em 2001 apenas R\$ 49,2 milhões

Portanto, as políticas imp responsáveis pela epidemia de tema nacional de combate às cípios. O problema é que as desenvolver o trabalho e os ações de prevenção. No Paraná investe em saneamento básico, surtos de febre amarela, malária

Veja no quadro ao lado erradicação da dengue foi se e na gestão de José Serra no



# Saúde do Brasil na UTI

O assunto saúde pública já se tornou um dos principais pontos de questionamento, tanto por parte dos governantes quanto dos opositores, neste período de pré-campanha eleitoral. Em pleno início de terceiro milênio, a brasileira vive assustada com o ressurgimento de doenças do século XIX. É isto mesmo. A febre amarela, a cólera, a dengue e outras doenças há muito não rondavam o Brasil. E o que não sabemos são os motivos que levaram ao reaparecimento desses males.

## A desastrosa de FHC e José Serra

**PSDB os investimentos em saúde caíram 71% menores no país**

Comissão do governo FHC e do ex-governador José Serra para a Presidência da República. O orçamento Geral da União destinado à saúde sofreu cortes de 71,78%. São milhões com o combate à dengue e

implementadas por FHC e Serra são resistentes. O governo federal destruiu o sistema de saneamento e repassou tudo para os municípios. As prefeituras não tinham capacidade para lidar com os erros do Estado não coordenam as ações. Onde o governo Lerner também não conseguiu controlar a dengue já se registrou vários casos de cólera.

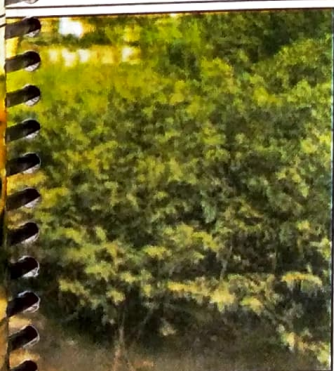
montante de dinheiro destinado à saúde caiu ano a ano no governo FHC. Segundo o Ministério da Saúde:

### Investimento em saúde caiu ano a ano

Orçamento Geral da União Recursos Federais Destinados à Prevenção e Controle da Dengue			
DESCRIÇÃO	AUTORIZADO	EXECUTADO	%
	R\$	R\$	
<b>1997</b> Erradicação do <i>Aedes aegypti</i>	442.032.854,00	248.511.140,00	56,22
<b>1998</b> Erradicação do <i>Aedes aegypti</i>	220.573.412,00	200.931.786,00	91,10
<b>1999</b> Erradicação do <i>Aedes aegypti</i>	310.988.554,00	180.749.534,00	58,12
<b>2000</b> Erradicação do <i>Aedes aegypti</i>	71.226.991,00	61.169.785,00	85,88
<b>2001</b> Erradicação do <i>Aedes aegypti</i>	92.236.110,00	49.268.216,00	53,42

## Saneamento precário

No final do século XIX autoridades sanitárias e governamentais concluíram que o século XX seria a "Era do Saneamento". Em vários países era preciso melhorar as estruturas das cidades para erradicar várias doenças que matavam a população. Entre as doenças estavam a dengue e a cólera. O Brasil evoluiu muito pouco. E nos últimos oito anos piorou, segundo pesquisa do IBGE, que é um órgão do próprio governo federal. Os dados são alarmantes. O levantamento revela um país mergulhado na sujeira: 47,8% dos municípios não têm serviços de esgoto sanitário, 68,5% dos resíduos das grandes cidades são jogados em lixões e alagados e só 451 cidades fazem coleta seletiva de detritos.



### A dengue e o SUS, qual a diferença?

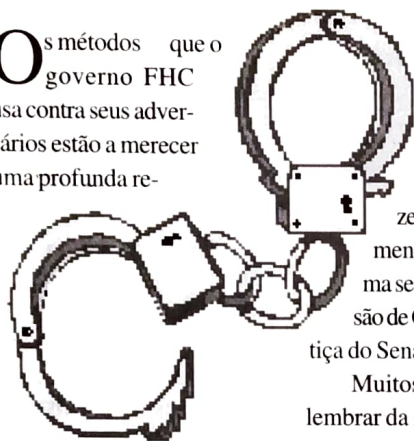
Enquanto a preocupação do governo FHC é com a campanha presidencial do ex-ministro José Serra, os brasileiros que necessitam de assistência médica amargam uma fila de espera interminável na porta de hospitais conveniados com o Sistema Único de Saúde. Até aí nenhuma novidade. O Sistema, desde a sua implantação, em 1988, nunca conseguiu mesmo ser eficiente.

Mas o quadro se torna mais grave quando o próprio Ministério da Saúde resolve limitar oficialmente o atendimento à população, estabelecendo cotas a serem seguidas em cada hospital credenciado. Isto é, se essa cota for ultrapassada, o estabelecimento credenciado não recebe um tostão a mais e pode até ser desligado do SUS. Conclusão: o que já era ruim ficou pior.

A pergunta é: como limitar o número de pacientes, num sistema já bastante precário? A questão foge à lógica do cidadão comum. Como nos números da dengue que se espalha pelo país, só mesmo os assessores do candidato José Serra conseguem justificar esta aberração matemática.

# Verticalização é uma agressão à democracia

Os métodos que o governo FHC usa contra seus adversários estão a merecer uma profunda re-



flexão. Principalmente nesse momento em que se acentua a vocação tucana para atitudes fujimorizantes.

O que não chega a ser uma surpresa, visto que foi sob o reinado tucano que assistimos a introdução da reeleição, mediante compra de votos de parlamentares, e o apoio explícito do Brasil à reeleição fraudulenta do ditador Alberto Fujimori, no Peru. FHC chegou a home-

nagear Fujimori com a mais alta comenda do governo brasileiro, a Ordem do Cruzeiro do Sul, devidamente cassada na última semana pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Muitos ainda devem se lembrar da manobra de FHC na campanha presidencial de 1994, quando contou com a ajuda dos aliados no Congresso para proibir, nos programas eleitorais, a exibição de cenas externas. Prejudicou a oposição, que crescia muito em todo o país. Expressou-se, ainda, na redução do tempo de propaganda de televisão em 1998 e, agora, coloca em prática uma outra estratégia. Com apoio explícito do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e do STF

(Supremo Tribunal Federal), impõe a verticalização das coligações para as eleições deste ano.

A decisão tomada pelo TSE, e confirmada pelo STF, impondo uma uniformização das alianças estaduais dos partidos em sincronia com a feita no âmbito nacional, se constitui em uma violência contra a democracia brasileira. Parece evidente a interferência do Planalto no processo eleitoral. O governo muda as regras do jogo em plena disputa e usa de forma abusiva o dinheiro público para fazer propaganda enganosa com a evidente pretensão de emplacar o seu candidato.

Para Lula, a verticalização favorece candidato a presidente de FHC

Foto: Wilson de Souza



## Oposição quer jogo limpo

A oposição tem manifestado o seu repúdio em relação à instrução do TSE com a mesma veemência com que exige uma investigação séria sobre os arapongas que freqüentam o Planalto e o completo esclarecimento dos crimes atribuídos à governadora Roseana Sarney e seu marido.

O PT, por exemplo, é contra a verticalização, pois ela foi instituída às vésperas das eleições e desacompanhada de dois elementos fundamentais: a reforma partidária, com vistas a diminuir o número de partidos, e a fidelidade partidária.

Os partidos de oposição defendem que um processo eleitoral limpo é condição indispensável para a estabilidade das instituições. Não se pode aceitar esse jogo baixo de quem é capaz de qualquer coisa, custe o que custar, para se manter no poder.

Agora, FHC conta com a ajuda do TSE para aplicar mais um golpe baixo...



Não fosse a interferência da Justiça Federal, a população paranaense estaria agora lamentando mais uma tragédia produzida pela irresponsabilidade do governo Jaime Lerner (PFL). Em tempo, a juíza federal Graziela Soares, da 1.ª Vara Federal de

## Justiça impede Itaú de assumir a Copel

Curitiba, anulou cláusulas do contrato de compra e venda de títulos com caução de ações da Copel, feito em 1998, entre o governo do estado e o Banestado. A decisão judicial impediu que o Itaú (ao qual o Banestado passou a pertencer após sua privatização) assumisse o comando da empresa de energia elétrica do Paraná.

Tudo isto porque Lerner não honrou o compromisso de quitar uma dívida de R\$ 600 milhões com o Itaú, que deveria ser paga até o dia 31 de março

de 2002. A dívida vem de títulos precatórios de difícil recuperação (conhecidos como "títulos podres") emitidos por Alagoas, Pernambuco, Santa Catarina, Osasco e Guarulhos, e adquiridos pelo Banestado. Quando o governo decidiu privatizar o banco teve, primeiro, que eliminar o passivo. A operação custou mais de R\$ 5 bilhões emprestados do governo federal e com pagamento em 30 anos. A origem do passivo nunca foi explicada, nem houve qualquer movimentação do governo

Lerner para identificar os diretores responsáveis por esse prejuízo aos cofres públicos. A ajuda, que equivale a mais de 12 vezes o valor do banco – o preço mínimo para o leilão foi de R\$ 400 milhões –, não incluiu os precatórios. Após a privatização do Banestado, que ocorreu em outubro de 2000, o governo se comprometeu a pagar os R\$ 600 milhões ao Itaú e ofereceu como garantia 70 bilhões de ações da Copel. No total, o estado tem 85 bilhões de ações que lhe garantem o controle

acionário sobre a estatal energética, com 31% do capital total. Levando em conta que essa participação foi avaliada em R\$ 4,3 bilhões para a privatização da concessionária, as 70 bilhões de ações valem aproximadamente R\$ 3,5 bilhões. Não fosse a pronta interferência da Justiça Federal os Setúbal, que já são donos de uma fortuna incalculável, passariam a controlar também a Copel, a mais importante, eficiente e lucrativa empresa energética do país.

## MST produz alimentos, empregos e renda

A mídia não costuma divulgar a produção de alimentos, de emprego e renda dos assentados (como são conhecidas as famílias que conseguem terra) do MST. Divulga sim, a parte sofrível, como por exemplo, quando eles resistem a despejos de acampamentos e o confronto é inevitável. Na região noroeste do Paraná diversas lutas dos sem-terras se transformaram em conquistas importantes. São assentamentos que hoje estão produzindo e são elogiados pela população local. São os casos dos assentamentos da Fazenda São Luiz, em Mariluz, região de Umuarama, de Querência do

Norte e Santa Cruz do Monte Castelo, na região de Paranavaí, e do assentamento Santa Rita, em Peabiru, região de Campo Mourão.

O Pactungá visitou o assentamento de São Luiz e constatou que uma área de 1.650 alqueires, que empregava só 7 famílias antes da ocupação, agora emprega 235 famílias. São aproximadamente 1000 pessoas vivendo bem, sem luxo, é claro, mas sem a presença da fome, da miséria, do tóxico e do desemprego que assola os centros (as favelas) urbanos. Os assentados do MST produzem também empregos. No São Luiz, apesar da

falta de financiamento público para o cultivo da terra, na atual safra eles produziram 5 mil sacas de arroz, 70.500 sacas de soja e dezenas de milhares de sacas de milho. Segundo um dos coordenadores do Assentamento, Francisco Nascimento de Souza, "a produ-

**A produção da próxima colheita na fazenda São Luiz deve ser melhor, devido à investimentos financeiros e tecnológicos**



Foto: Wilson de Souza

ção do próximo ano deverá ser melhor, devido a vários fatores, como investir o dinheiro apurado este ano no preparo da terra, e contar com assistência técnica". A prefeitura de Mariluz vai fornecer agrônomo duas vezes por semana.

O trabalho de preparar terra, cultivar as lavouras, colher e escoar a produção, geram empregos diretos a uma centena de trabalhadores: tratoristas, operadores de colheitadeiras, caminhoneiros e trabalhadores braçais. Vale lembrar que o assentamento também gera a aquisição e a manutenção de empregos no comércio de Mariluz.

Para o proprietário do Mercado Santa Branca em Mariluz,

Devanir Pinto de Melo, as vendas aumentaram em 40% em comparação ao período em que não contavam com os assentados do MST. E avalia que em outros estabelecimentos também houve acréscimo nas vendas. Assim como muitos brasileiros, Devanir também não entende por que os sem-terras têm que sofrer tanto para conseguir um pedaço de chão para produzir o sustento da família, gerando renda, emprego e impostos." Avalia que é triste "ver tanto dinheiro público se esvaindo pela corrupção e que, se fosse usado para a reforma agrária, geraria emprego no campo, evitaria o sofrimento dos sem-terras e o conflito com o la-

tifúndio improdutivo Grande também é a produção dos assentamentos de Querência do Norte e Monte Castelo, onde 800 famílias estão colhendo 80 mil sacas de arroz e tem uma produção diária de 25 mil litros de leite, além dos alimentos de subsistência como feijão, batata, mandioca, carnes, frutas e hortaliças.

Na mesma linha, as 84 famílias do assentamento Santa Rita em Peabiru, também estão colhendo da atual safra, mil sacas de milho, 10 mil sacas de soja, mil arroba de algodão, 300 toneladas de mandioca, 600 litros diários de leite, 500 quilos mês de bicho-da-seda e também alimentos de subsistência."

Foto: Wilson de Souza



"Vendas aumentaram," Devanir, mercado Santa Branca, Mariluz.

## Projetos de proteção à saúde e ao meio-ambiente

O MST tem projetos ecológicos. No assentamento de São Luiz, estão em andamento projetos para produção de soja orgânica e para reflorestamento das margens de córregos e cabeceiras de nascentes. O reflorestamento vai demandar 80 mil mudas de árvores nativas. Ângelo Costa Quintanilha, também coordenador do assentamento, bota esperança numa parceria com institutos e ONGs que trabalham na preservação do meio-

ambiente, como IAP, ADEMA e outras. Em Querência do Norte, o projeto é produção de leite orgânico numa parceria entre os assentados, o CNPQ e a Universidade Federal de Santa Catarina. Para o agrônomo Jaime Dutra Coelho, que presta serviço no Pólo Noroeste do MST, em Querência do Norte, "os produtos orgânicos são trabalhosos e demorados, isto por que antes da produção é preciso desintoxicar a fonte produtora. No caso do

leite, as vacas estão há 90 dias sem ingerir remédios ou alimentação química. Quando necessário, usam produtos fitoterápicos (naturais). Com a terra também há um período de desintoxicação. Ainda para Jaime "os projetos orgânicos apresentam bons resultados, como: fixar o agricultor no campo; preservar o meio-ambiente; produzir alimentos saudáveis e melhorar a renda", pois os orgânicos tem melhor preço no mercado.

O assentamento de Mariluz necessita de 80 mil mudas nativas, para implementar o projeto de reflorestamento nas margens de lagos, córregos e nascentes

Foto: Wilson de Souza



## PONTES DO CAMARGO: Glória para Lerner ou tragédia para a natureza?

Enquanto Jaime Lerner (PFL) atribui a conclusão das pontes do Porto Camargo como uma das maiores realizações do seu governo, nitidamente com objetivo de tirar proveito político (é bom lembrar que a construção foi iniciada por governos anteriores), o meio ambiente vai sofrendo perdas irreparáveis no Parque Nacional de Ilha Grande em função de falhas grosseiras no magnífico projeto do governador.

Vários ambientalistas, organizações ambientais e promotores de Justiça já demonstram preocupação com o crescente número de mortes de animais silvestres, por atropelamento, no complexo de pontes entre os municípios de Vila Alta/Icaraíma e Naviraí/Itaipira. No trajeto, de 16 qui-

lômetros, já foram encontrados mortos animais como o cachorro-do-mato, jacarés, capivaras e até macacos.

As denúncias estão sendo feitas por ambientalistas da região e motoristas que utilizam as pontes inauguradas no último dia 14/03. E já foram inclusive publicadas em órgão de imprensa de Umuarama e na Folha de Londrina. Em Vila Alta, animais que nunca saíram da Ilha Grande e proximidades estão aparecendo perdidos em propriedades rurais distantes mais de 15 quilômetros de seu habitat. Um dos animais silvestres, um cervo do pantanal, foi atacado por cães numa propriedade rural e morreu.

Em Icaraíma, muitos também já estão preocupados com a morte de tantos animais

depois que as pontes foram inauguradas. Uma dessas pessoas é o professor Aguinaldo Alberto Cardoso. Em entrevista ao Pactuingá, ele lamentou que "muitos animais, de várias espécies, estão sendo mortos porque atravessam a pista diante dos carros".

O professor disse já ter encontrado cachorro-do-mato, capivara e vários tipos de aves espatifadas no asfalto. As denúncias já chegaram ao conhecimento da direção do Parque Nacional de Ilha Grande e outros órgãos ambientais, mas nenhuma providência foi tomada até o momento. E, enquanto animais continuam morrendo nas pontes, Jaime Lerner, bem longe dessa realidade, insiste em vangloriar-se pelo seu projeto.



**Animal morto na ponte**

*Cenas como esta têm sido comuns depois da inauguração da ponte do Porto Camargo pelo governo Jaime Lerner*

### O IBAMA errou junto

O Pactuingá ouviu vários ambientalistas sobre a morte de animais na ponte recém-inaugurada, e a maioria acha que o Ibama (órgão do governo federal e que existe para proteger o meio ambiente) também tem culpa no cartório. A única exigência do órgão na época da construção da obra foi a implantação de pequenos pontilhões (pequenas pontes secas, no meio da ilha, cada uma com oito metros de comprimento), prevendo que os animais utilizassem esses acessos de um lado a outro do aterro. Hoje está provado que houve erro de cálculo. Muitos animais preferem atravessar pelo asfalto e acabam morrendo atropelados. Isto porque o governo não construiu um metro sequer de alambrado nos cerca de 13 quilômetros de aterro. A pergunta que não quer calar é: que providência será tomada rapidamente para evitar que as mortes continuem acontecendo?

## As pontes são importantes?

Sem dúvida alguma, uma obra como o complexo de pontes de Porto Camargo, que liga o Paraná ao Mato Grosso do Sul, não é um feito qualquer. Afinal, do seu início até a inauguração (que ocorreu no mês passado) foram mais de 14 anos – até porque o projeto foi paralisado várias vezes – a um custo 150 milhões de reais. Do ponto de vista econômico, a travessia agiliza o escoamento da produção agrícola do Mato Grosso do Sul, passando pela região de Umuarama com destino ao Porto de Paranaguá. É bem provável que a ponte atraia alguns investimentos, principalmente no setor de serviços. O que é bom para a região, pois vão gerar mais empregos. E do ponto de vista político, inaugurar uma obra dessas em ano eleitoral, principalmente quando se trata de um governo desmoralizado como o de Lerner, também é sempre bom.

O que não dá pra aceitar é que esse suposto "desenvolvimento" seja a recompensa pela explícita agressão à natureza e à morte de dezenas de animais da Ilha Grande (o ecossistema da Ilha Grande é único no mundo, razão pela qual foi criado o Parque Nacional), por irresponsabilidade do governo Lerner que não tomou providências para evitar o problema. A boa notícia mesmo é que já tramita na Justiça Federal uma ação impetrada pelo Ministério Público do Paraná e a Procuradoria Geral da República, denunciando os prejuízos causados à natureza com a construção da ponte e que pede indenização pelos danos provocados. Será que Lerner escapa dessa?

## CONVITE

O Sindicato dos Bancários de Guarapuava convida os associados para solenidade de posse da nova diretoria, que acontecerá no dia 3 de maio próximo, a partir das 20 horas, na Churrascaria do Nunes, em Guarapuava. É necessário **confirmar presença** pelo fone (042) 623-1371.

A direção do Pactuingá parabeniza a nova diretoria, na certeza de que terá continuidade o trabalho na defesa dos direitos dos bancários. E como sindicato-cidadão, continuará também combatendo as injustiças praticadas por governos insensíveis aos sofrimentos dos mais pobres.

O SISTEMA PREVER, o maior plano de assistência familiar do país, com mais de 10 milhões de associados, tem o prazer de informar para Umuarama e região, a instalação de sua mais nova clínica para uso exclusivo dos associados: a CLINIPREV, que está localizada na Avenida Brasil, 4268 - Centro.

Venha conhecê-la ou solicite uma visita pelo fone 9106 - 3077 ou 624 - 8888, contatos com Clarice. Comunica ainda que os novos associados terão 25% de desconto na taxa de inscrição.

